

Fraudes faz

■ Ministro da Saúde se equivoca ao tenta

ISRAEL TABAK

Uma falha da assessoria do Ministro Adib Jatene fez com que ele se equivocasse, ao tentar desmentir ontem os dados constantes da reportagem sobre o pagamento de 17 mil contas hospitalares fraudadas, publicada no último domingo pelo **JORNAL DO BRASIL**. Jatene telefonou no início da tarde para o jornal, disse que o Ministério Público Federal, responsável pela investigação queria "fazer show, espetáculo" e forneceu alguns números que são totalmente desmentidos pelas próprios documentos de controle interno do Ministério.

A reportagem se referia às fraudes conhecidas como *curas milagrosas*, quando o doente sai do hospital *curado* ou com o estado *melhorado*, num tempo absurdamente curto em relação à gravidade da doença. Mais de 121 mil AIHs (autorizações de internação hospitalar) referentes a agosto de 1995 foram rejeitadas por esse motivo, pelo próprio sistema de controle do ministério, instituído após uma série de denúncias do **JORNAL DO BRASIL**. Pouco tempo depois, no entanto, foi organizada uma verdadeira operação para pagar essas contas. Mais da metade já foi paga, segundo dados do Ministério Público Federal.

A investigação se concentrou sobre as contas pagas aos estados de São Paulo, Mato Grosso e Rondônia. O primeiro número errado fornecido por Jatene refere-se a São Paulo. Ele afirmou que esse estado teve 73.784 contas rejeitadas por suspeita de fraude e que "de agosto a dezembro de 1995", foram reapresentadas, com justificativas, 17.249 contas, das quais o ministério só pagou 15.378. Teriam sido quitadas, portanto, apenas pouco mais de 20% das contas inicialmente rejeitadas.

Os números verdadeiros — Os documentos do próprio ministério mostram outros números. Na realidade, as 17.249 contas reapresentadas e as 15.378 pagas não se referem aos meses "de agosto a dezembro de 95". Esses números, fornecidos pelo ministro, constam do documento chamado RLAA (Relatório de AIHs apresentadas), emitido pelo Data-sus (Centro de Processamento de Dados do Sistema Único de Saúde) referente ao processamento nº 355, rodado em 19 de janeiro de 1996. Esse processamento, como

o próprio ministro pode comprovar, refere-se, além de outros estados, a uma fração das AIHs do estado de São Paulo, rejeitadas apenas em agosto de 1995, e não "de agosto a dezembro" daquele ano.

Pouco antes, no primeiro pagamento feito a São Paulo, em 27 de dezembro de 1995, já haviam sido quitadas 21.924 contas rejeitadas por tempo de permanência, também referentes a agosto de 95. Isso, o ministro também poderá comprovar na RLAA referente ao processamento 348, que rodou naquela data.

Quanto a Mato Grosso, outros números errados, apresentados por Jatene: ele afirma que "de agosto a dezembro de 1995, de 4057 AIHs rejeitadas naquele estado, foram reapresentadas, com justificativas, 585 e pagas apenas 53. Se o ministro tivesse tido acesso à RLAA do processamento efetuado em 15 de fevereiro de 1996, veria que este pagamento se refere também a parte das AIHs de Mato Grosso, rejeitas só em agosto de 1995, e não "de agosto a dezembro".

O pouco que é muito — Também para Mato Grosso, de acordo com o processamento 348, que rodou em 27 de dezembro de 1995, e como consta da RLAA respectiva, já haviam sido pagas 1.420 internações com suspeitas de fraudes, muito mais do que as 53 alegadas pelo ministro em cinco meses.

Em Rondônia, terceiro e último estado investigado pelo Ministério Público Federal, outro equívoco. Jatene alega que esse estado teve 4.303 contas rejeitadas, também "de agosto a dezembro de 95", das quais foram reapresentadas 234 e pagas apenas 168. Um número ínfimo, portanto, em relação ao total das rejeitadas.

Mais um dado falso. A RLAA referente ao processamento 355, do dia 19 de janeiro de 1996, mostra que, como nos exemplos de São Paulo e Mato Grosso, o pagamento se refere também apenas ao mês de agosto de 1995. No processamento anterior, o 348, já haviam sido pagas 2.318 contas de Rondônia, mais da metade da relação inicial das contas rejeitadas por suspeita de fraude. Em caso de dúvida, o ministro, se quiser, pode consultar também o BDAIH (o banco de dados das AIHs de todo o país) no terminal do seu próprio gabinete.